

Moratória deverá continuar

José Varella — 10.06.87

SÃO PAULO — Qualquer projeto de emergência econômica a ser arquitetado pelo novo presidente da República deverá contar com a continuidade de uma moratória informal dos pagamentos dos juros da dívida externa brasileira, que hoje soma mais de US\$ 100 bilhões. Esse tema, que foi a principal dor de cabeça dos governos brasileiros a partir da gestão do general João Figueiredo, além de causador de apaixonados debates ideologizados entre as correntes de direita e esquerda, já merece o consenso entre candidatos e os principais agentes econômicos do país: durante 1990, ou na maioria dos meses do ano que vem, o país deverá manter a torneira de pagamentos externos fechada.

E o que provocou essa espécie de unidade nacional em torno do tema é a certeza de que o país não vai conseguir reequilibrar sua economia sem a colaboração dos credores internacionais no processo de ajuste. O presidente do Banco Central, Wadico Bucchi, eleito pelo Senado para o cargo e único membro do atual governo com possibilidades de continuar no posto, mesmo com a eleição do novo presidente da República, apresenta números impressionantes. De 1982 a 1988, o Brasil pagou US\$ 31,9 bilhões do principal da dívida e mais US\$ 73,4 bilhões de juros, recebendo em contrapartida ingresso de divisas da ordem de US\$ 59,2 bilhões. Ou seja, houve remessas líquidas de US\$ 46,1 bilhões. Neste ano, essa transferência líquida aos credores somou US\$ 2,3 bilhões.

Esses dados foram lançados por Bucchi durante o Simpósio de Cooperação entre América Latina e Japão, realizado na cidade japonesa de Nagoya, no início desta semana. Para uma platéia que reuniu, entre outras autoridades internacionais, o ministro das Finanças do Japão, Ryutaro Hashimoto, e o presidente do Comitê de Renegociação da Dívida Externa, William Rhodes, Bucchi deixou claro que o problema cambial brasileiro é realmente grave e que os países industrializados possuem grande responsabilidade no processo de ajustes econômicos do bloco dos endividados. Lembrou que o Brasil optou por ampliar o seu comércio internacional de modo a conseguir recursos para recompor a sua balança de pagamentos — a ponto de o país deter hoje o terceiro maior superávit comercial mundial —, mas que esse modelo resultou no aumento do déficit público.

“A importância atingida pelos serviços do déficit público e a dívida externa fazem da recuperação do setor público uma pré-condição para que o país retorne ao cami-



Bucchi: compreensão de credores

nho do desenvolvimento”, afirmou Bucchi. “Dessa forma, uma substancial redução da transferência líquida de recursos externos tornou-se naturalmente complemento necessário para se atingir esses objetivos”. E nesse contexto, Bucchi solicitou a compreensão dos credores para que o país possa atravessar essa fase de transição econômica, inaugurada com a posse do novo governo. “Os esforços não serão, porém, eficientes, a menos que sejam seguidos por um suporte compatível da comunidade financeira internacional”.

Japão — Bucchi antecipou a tendência das medidas econômicas que serão apresentadas pelo novo governo aos banqueiros internacionais e representantes dos países industrializados. Disse que a nova administração vai proceder à liberalização da economia, à privatização e integrar definitivamente o país, em termos competitivos, na economia mundial. “Gostaria, nesse momento, de enfatizar a importância que o Brasil representa na reciclagem dos fundos do governo japonês. Mesmo com grandes dificuldades, temos nos debatido no Brasil para honrar os compromissos da dívida externa, o que representa um enorme sacrifício e a aplicação das reservas internas necessárias para promover o investimento no país. É essencial que as organizações multilaterais internacionais entendam as novas realidades. Em poucos dias o Brasil terá eleito o seu novo presidente, consolidando o processo democrático e iniciado um novo período para suas instituições.” (N.H.)